

ETNIA E ESTRUTURA DE CLASSES: A Propósito da Identidade e Etnicidade no México

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

1. INTRODUÇÃO¹

Os estudos sobre as relações entre classe e etnia sofrem, a nosso ver, uma defração na ótica do observador, seja ele sociólogo ou antropólogo. A essa forma coisificadora de visualizar o fato étnico temos chamado de “ilusão étnica” (R. Cardoso de Oliveira, 1976); igual coisificação do *fato de classe*, sociólogos marxistas ou marxianos têm se encarregado de desmistificar. A correlação desses dois fatos — por certo construídos metodicamente pelo analista — deixa

¹ O objetivo deste artigo é meramente exploratório e foi elaborado, em sua primeira versão, durante o Seminário Avançado de Estudos Étnicos realizado sob a direção do autor no “Centro de Investigaciones Superiores del Instituto Nacional de Antropología e Historia” (CIS-INAH), na Cidade do México, durante os meses de setembro e outubro de 1979. Como o Seminário estava voltado para a apreciação de um conjunto de cinco projetos de pesquisa (todos inscritos no “Programa de Estudos Étnicos” do CIS-INAH), visando-lhe proporcionar uma base conceitual comum de comparabilidade, cuidou-se de discutir os dados, extremamente heterogêneos, com o propósito de ensejar o desdobramento de alguns projetos, ou a programação de novos, que tivessem por foco a *etnicidade* na forma como a temos definido. Essa intenção programática se reflete em todo texto do artigo. O autor agradece à direção do CIS-INAH, na pessoa do seu diretor, Dr. Guillermo Bonfil Batalla, as excelentes condições de trabalho que lhe proporcionou durante todo o período (de agosto a janeiro de 1980) que esteve vinculado à sua instituição na qualidade de Professor Visitante. Estende seus agradecimentos ao corpo administrativo do CIS-INAH e aos membros do Seminário, pesquisadores Beatriz Scharrer, Dra. Brigida von Mentz, Carmen Icazuriaga, Dra. Cecilia Maria Helm, Clara Helena Suárez, François Lartigue, Gloria Artis, Guillermo Turner, Lina Guemes, Maria Eugénia Vargas, Dr. Michael Kenny, Stella Quan, Verena Radkau e Virginia Garcia.

um resíduo que vale a pena investigar e que tem passado despercebido na literatura especializada: o encobrimento pela etnia, enquanto ideologia, das relações de classe.

As condições de inteligibilidade dos fatos étnicos e de classe estão situadas nas estruturas “intermediárias” que os contêm e que são, respectivamente, o sistema interétnico e o sistema de classes de uma sociedade determinada. Isso significa que nem etnia, nem classe, são “fatos em si”, senão que existem respectivamente em relação a etnias e classes, portanto, como entidades sociais pluralizadas. Nesse sentido, etnias e classes são *relações* e não grupos sociais com limites “objetivamente” traçados e de maneira empiricista. Fredrik Barth encarregou-se de demonstrar a natureza desses limites para o grupo étnico, reduzindo-os a formas de organização e, sobretudo, de inserção de seus membros nessas formas através de mecanismos de “auto-atribuição e atribuição por outros” da identidade étnica (F. Barth, 1969:13). O caráter contrastivo da identidade étnica, igualmente sublinhado por Barth, torna-a, formalmente, homóloga à identidade de classe, distinguindo-se apenas desta pelo fato da relação que mantém com outras identidades étnicas não ser, necessariamente, contraditória. Enquanto a relação de classe é, essencialmente, contraditória, o caráter contraditório da relação entre etnias aparece apenas quando se trata de minorias étnicas: inseridas em sociedades anfitriãs dominantes, a relação que tais minorias mantêm com a sociedade envolvente seria, tipicamente, de sujeição. Ter-se-ia, aqui, o equivalente revelado nas relações de classe: a dominação de uma, reproduzida dialeticamente na sujeição de outra. A essa homologia formal entre as etnias e as classes chamamos uma vez de “equivalente lógico, mas não ontológico” (R. Cardoso de Oliveira, 1968), desde que não se tratava, obviamente, de uma identidade entre a “fricção interétnica” e a luta de classes”. Significa dizer que as relações interétnicas não são, necessariamente, contraditórias?

Quando escrevemos “Reconsiderando Etnia”, como capítulo final de *Identidade, Etnia e Estrutura Social* (R. Cardoso de Oliveira, 1976), praticamente, acabamos por identificar etnia com grupo minoritário (sociologicamente falando), na medida em que tomamos como caráter essencial da relação interétnica a dominação das sociedades anfitriãs sobre os grupos étnicos nelas inseridos. Parecíamos, então, que a própria noção de etnia somente ganharia poder analítico, se aplicável a grupos étnicos minoritários, portanto, dominados. O resultado disso foi considerarmos as outras aplicações

do termo etnia (as que cobrem grupos étnicos isolados, como grupos tribais sem contacto sistemático; ou grupos de imigrantes que não se enquadram na categoria de minorias sociológicas) como tendo um valor meramente descritivo, justificado, unicamente, por seu uso tradicional na Etnologia. Para nós, tais situações não se constituíam em fenômenos susceptíveis de serem explicados em termos de relações étnicas. Porém, se é verdade que os fenômenos de dominação étnica revelam a dimensão mais crítica da etnia — porque a exprimem em plena crise —, não é menos verdade que podemos encontrar fenômenos abrangidos pela noção de etnia em que tal dimensão não lhes está intrinsecamente agregada. São os casos, por exemplo, de imigrantes originários de países possuidores de Culturas “dominantes”, isto é, hegemônicas ou quase-hegemônicas. Os portadores dessas culturas passam a usufruir, no interior de sociedades anfitriãs, o status “alto” de que desfrutaram seus países de origem no quadro internacional, enquanto grupos étnicos ou nacionais não podem ser considerados majoritários, como procuraremos demonstrar com referência a dados relativos a um país receptor de imigrantes, como o México, e com respeito aos norte-americanos, alemães e espanhóis. Procurar-se-á, também, analisar mais dois casos de etnicidade no mesmo País: um, que chamariamos de típico, no que diz respeito à ocorrência de relação de dominação (índios Tarascos e Mestiços); outro, em que se visualizará a construção de uma identidade étnica no bojo de um movimento social mestiço de inspiração messiânico-milenarista, denominado “Movimento Restaurador da Cultura Anáhuac”.

Isso implicará, naturalmente, uma pequena retificação ou revisão da definição do campo semântico da etnia, apresentado no mencionado capítulo de *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, por meio de um quadro limitado por duas ordens de relações binárias: a relação “Simples” / “Complexa”, na ordem da Cultura; a relação Minoritária/Majoritária, na ordem de Identidade (p. 103). De conformidade com o que aqui se expôs, propomos agora o seguinte quadro, como capaz de conter a ampla gama de manifestações empíricas da etnia, retendo-lhes apenas — e ao nível do modelo — aquelas características que nos parecem essenciais. Manter-se-á a relação Cultura “Simples” e Cultura “Complexa” e se introduzirá a relação Identidade Minoritária e Identidade Não-Minoritária (significando, com isso, que haverá identidades que, sem serem minoritárias, nem por isso deverão se constituir em identidades majoritárias; neste caso, a dominação, própria da identidade majo-

ritária, não se constitui mais numa característica estratégica da definição).²

Campo Semântico da Etnia

	Não			Não
IDENTIDADE	Minoritária	Minoritária	Minoritária	Minoritária
CULTURA	"simples"	"simples"	"complexa"	"complexa"
	I	II	III	IV

Restaria, apenas, uma menção preliminar à questão da classe social em sua relação com a etnia. Como já tivemos a ocasião de assinalar (R. Cardoso de Oliveira, 1976), com exceção daquelas identidades não minoritárias e portadoras de culturas "simples" (por exemplo, grupos tribais isolados ou em relações exclusivamente intertribais), abrigadas no "espaço I" do campo semântico da etnia, todas as demais cobertas pelos "espaços" de II a IV implicam diferentes tipos de articulação com classes sociais, quer dizer que as relações entre identidades têm lugar em contextos estruturados por sistemas de classes e por regimes políticos dominados por Estados, igualmente de classe. Assim, seriam as relações, por exemplo, entre grupos indígenas e sociedades nacionais envoltivas ("espaço II"); entre minorias não-indígenas — nacionais ou "raciais" — em sociedades anfitriãs ("espaço III"), e imigrantes nacionais provenientes de países possuidores de culturas prestigiosas e inseridos em sociedades receptoras "periféricas" (por exemplo, Brasil, México) ou mesmo "centrais" (por exemplo, EEUU). Em todos esses contextos

² Em termos lógicos, enquanto a relação binária anterior (Identidade Minoritária/Identidade Majoritária) exprimia uma relação *contraditória*, no sentido de uma negar a existência da outra, esta nova relação que a substitui (Identidade Minoritária/Identidade Não-Minoritária) expressa apenas uma relação de *contrariedade*, como a sublinhar, exclusivamente, a diferença entre as duas identidades, contrárias mas não anti-téticas. Quanto aos critérios que presidiram a construção do quadro semântico da etnia, foram discutidos no aludido capítulo "Reconsiderando Etnia" (R. Cardoso de Oliveira, 1976:102-106).

marcados pela estrutura de classes, a tendência que se observa é a **etnicidade**, enquanto ideologia, encobrir as relações de classe, mascarando-as para os agentes sociais. Gostaríamos de reservar para o conjunto dessas relações o termo *etnicidade*. E definiríamos a etnicidade como um conceito que cobre uma gama de fenômenos relativos a comportamentos e crenças determinados ou condicionados pela situação de membros de povos (etnias ou nações) inseridos em sociedades anfitriãs. Dessa definição exclui-se, unicamente, o “espaço I”, como incapaz de abrigar os fenômenos de etnicidade e no qual encontram guarida apenas os fenômenos de etnia na forma como são concebidos, tradicionalmente, pela Etnologia. As seções seguintes deste artigo procurarão aprofundar os diferentes pontos aqui discutidos, valendo-se de uma abordagem voltada para a percepção de ideologias.

2. IMIGRANTES “BRANCOS” NO MÉXICO

Os imigrantes norte-americanos, espanhóis e alemães — que nesta ordem serão considerados — chamaram a nossa atenção para a especificidade de identidades que, embora não dominantes ou não majoritárias, não são, necessariamente, dominadas, uma vez que não constituem grupos minoritários, no sentido usual em Antropologia. De resto, são apenas, aparentemente, dominantes na medida em que setores destes grupos de imigrantes se integram nas camadas altas da sociedade anfitriã, constituindo o que se poderia chamar de *grupos de interesse* multi-nacionais (e, por vezes, pluri-étnicos) e assumindo, assim, tais setores, posição de classe dominante. Em decorrência disso, essas comunidades de imigrantes tendem a viver — e, não raro, tende o pesquisador a ver — como “realidade” o que não seria senão a ilusão de grupo étnico ou nacional “dominante”, esquecendo-se dos setores de classe baixa desses mesmos imigrantes e, sobretudo, o papel dominador do Estado Mexicano, do qual esses imigrantes, qualquer que seja sua posição de classe, não participam. Ao mesmo tempo, há de se considerar os obstáculos que eles encontram na sociedade receptora, por mais favoráveis que sejam as condições de ingresso; a adversidade que encontram, perceptível a nível de identidades estigmatizadas, é um fato que apenas pode variar a sua intensidade e com a qual os imigrantes têm de aprender a conviver. E é, precisamente, devido a esta adversidade que os imigrantes tendem a se assumir — e, muitas vezes, a se organizar — como etnias, insulando-se em espaços sociais específicos. Se con-

siderarmos que essa adversidade não deve ser entendida, exclusivamente, como geradora de relações interétnicas assimétricas e, portanto, responsável pela atribuição de “status baixo” aos imigrantes, poderíamos subscrever, sem maiores reservas, a tese de que a “unidade étnica foi forjada como uma consequência de dois fatores: adscrição e adversidade” (J. B. Sarna, 1978:372); e que as categorias estabelecidas pelos membros da sociedade anfitriã “tornam-se amplamente aceitas pelos meios de comunicação, pelo público em geral e, finalmente, pelos próprios imigrantes” (ibidem). A adversidade que o imigrante encontra no País receptor está, basicamente, na dificuldade (e, muitas vezes, na impossibilidade) de exercitar a diferença, a saber, o ser diferente. O exercício da diferença é intolerável à consciência etnocêntrica e incompatível com as ideologias étnicas. Procuraremos mostrar nas páginas seguintes o quanto esses elementos, constitutivos da etnicidade, podem estar presentes, mesmo entre grupos de imigrantes aparentemente intocáveis por qualquer tipo de adversidade que se possa qualificar de étnica.

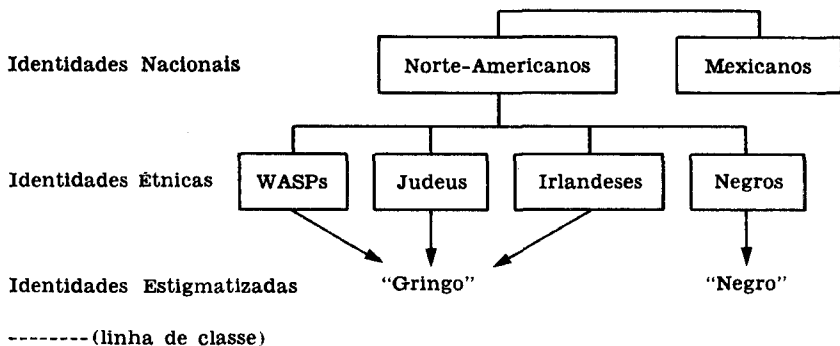
1. Os norte-americanos

Há de se reconhecer um certo “ar de família” entre os três casos de imigrantes que se pretende aqui examinar e que poderíamos, talvez, classificar como “white ethnicity”. Na análise sucinta do caso norte-americano, creio que isso se tornará mais claro. Tentaremos isso com o auxílio de um simples esquema que nos permite pensar a situação de, pelo menos, um segmento dos norte-americanos no México: aqueles imigrantes que se localizam em San Miguel de Allende.³ Valendo-nos da noção de “identidade contrastiva”,⁴ procuraremos contrastar a identidade “norte-americana” com a dos membros da sociedade anfitriã, ao nível que se poderia denominar de “nacional” ou de “identidade nacional”. A identidade norte-americana, por outro lado, apresenta contrastes internos, con-

³ Os dados que aqui são utilizados foram cedidos pela antropóloga Stella Quan e discutidos no âmbito do Seminário. Os demais trabalhos escritos sobre os imigrantes norte-americanos, como os de Carmen Bueno, Kathy Denman e Carmen Icazuriaga (C. Bueno *et alii*, 1979, R. Denman, 1979 e Icazuriaga, 1979) se restringem às elites e ao setor empresarial imigrante, ao passo que o de Stella Quan (S. Quan, 1979) abrange formas de vida de toda uma comunidade.

⁴ Cf. F. Barth 1969, Introduction; R. Cardoso de Oliveira 1976, Capítulo I. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação (publicado, originalmente, em espanhol, em *América Indígena*, vol. XXXI, n.º 4, 1971, México).

seqüência de diferenciações étnicas trazidas já da sociedade de origem, os Estados Unidos: são as identidades de WASPs,⁵ Judeus, Irlandeses e Negros. Tais identidades étnicas são cortadas por uma linha de classe (linha pontilhada) de uma maneira bastante desigual, uma vez que, num extremo, temos os WASPs majoritariamente situados na “classe alta” dos patrões, empresários e altos funcionários, enquanto no outro extremo, temos os Negros situados majoritariamente na base da pirâmide social imigrante (pois na pirâmide social da sociedade anfitriã, mesmo como negros, não ocupam seus estratos mais baixos). Por outro lado, as três identidades “brancas”, na forma como são vistas pelos mexicanos, são fundidas numa única identidade, a de “gringo”, atribuindo-lhes, assim, um caráter estigmatizante, mercê da conotação extremamente pejorativa do termo; a utilização do termo “negro” como vocativo traz, também, a mesma carga estigmatizante.



Embora o modelo exprima, apenas aproximadamente, a complexa realidade estudada em San Miguel de Allende, temos a impressão que ele o faz de modo a captar a inteligibilidade do fato

⁵ Os WASPs (White Anglo Saxon Protestant) constituem uma modalidade de classificação de norte-americanos brancos, descendentes de imigrantes britânicos (ingleses, escoceses e galeses, excluindo-se, apenas, os irlandeses discriminados pelos demais) e protestantes. Jonathan D. Sarna mostra que esses americanos de origem britânica, cuja imigração de seus ancestrais se deu há cerca de 125 anos, ainda que não constituam um grupo étnico, sofrem um processo de etnização na consciência popular ou nos “mass media” que vêem os WASPs como uma “entidade distinta e auto-consciente” (J. D. Sarna, 1978:376).

"étnico", de certa maneira, *construindo-o* de forma a permitir uma exploração analítica posterior, no âmbito de uma pesquisa, especificamente, dirigida para a problemática da etnicidade; a saber, para a descoberta das ideologias étnicas subjacentes às relações entre norte-americanos e mexicanos, como sistemas de representação coletiva suficientemente congruentes aos agentes sociais, de forma a orientá-los na vida quotidiana interior à comunidade imigrante local e em suas relações com a população nacional. Como já temos assinalado, as identidades nacionais e étnicas, estigmatizadas ou não, ocupariam o centro desses sistemas ideológicos de representação coletiva, como núcleos de ideologias étnicas, como que situando os agentes sociais em mapas cognitivos construídos sob o signo da alteridade.

Gostariamos de sublinhar, ainda, o caráter estratégico da identidade de "gringo", atribuída pelos mexicanos aos norte-americanos brancos que, majoritariamente, habitam San Miguel de Allende. Essa classificação pejorativa, feita pela sociedade anfitriã, tende a se transformar em categoria, na proporção em que o imigrante norte-americano vier a *assumir* as representações que dele têm membros da sociedade mexicana. Isto é, quando o norte-americano passa a viver o estigma de ser estrangeiro e indesejável, ou, em outras palavras, quando passa a viver a condição de estrangeiro como um estigma. É claro que a identidade estigmatizada não surge sempre, e em todo o lugar, para o imigrante norte-americano; há de se descobrir onde e quando ela ocorre mediante a realização de uma boa etnografia que objetive registrar, como recomendaria Goffman, "todas as cenas e seus atores", no interior das quais o fenômeno da etnicidade fosse observável; uma espécie de inventário das situações "etnizadas" e "etnizáveis" vividas pelos imigrantes norte-americanos.

ii. Os espanhóis

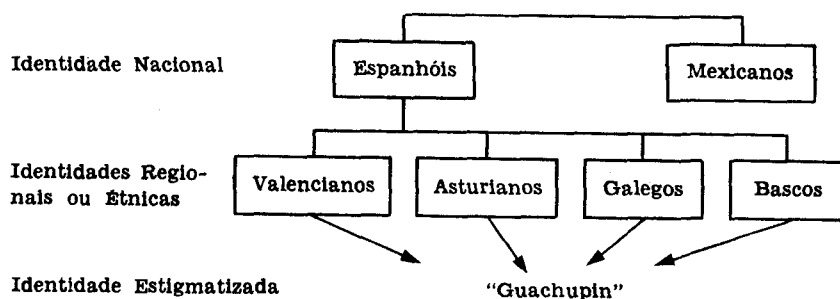
O caso dos espanhóis enseja-nos examinar, juntamente com a estrutura de classes que contém esses imigrantes (tal como no caso anterior), o sistema de identidades étnicas e/ou regionais articuladas sob uma noção geral de pertinência ("sentimento" de pertencer a um povo), de origem comum, a saber, Espanha.⁶ Contudo, a iden-

⁶ As informações referentes ao caso espanhol foram obtidas, preponderantemente, no decorrer do Seminário, secundariamente, da leitura do interessante livro *Inmigrantes y Refugiados Españoles en Mexico*, de M. Kenny, G. Garcia, C. Icazuriaga, C. Suarez e G. Artís, autores e participantes do Seminário (Cf. M. Kenny *et alii*, 1979).

tidade nacional de espanhol não chega a ser igualmente assumida por todos os imigrantes da Espanha. Os bascos (ou vascos), por exemplo, em grande medida, rejeitam a identidade espanhola, sobrepondo a ela a identidade étnica que lhe é específica (a basca); essa etnicidade basca reflete, assim, a tradicional luta em que, em sua própria terra, os bascos se empenham, com vistas a se tornarem independentes do Estado Espanhol. A imigração dos *refugiados* (que chegaram ao México em conseqüência da guerra civil espanhola) fortalece essa ideologia étnica e de libertação. Não obstante, outras identidades regionais são, igualmente, observáveis e são responsáveis por oferecer um quadro, etnicamente, bastante diferenciado da nacionalidade espanhola no México: são os Valencianos, os Asturianos, os Galegos, os Catalães, os Burgaleses, os Andaluzes, os Aragoneses e os Bascos. A inexistência de uma pesquisa diretamente concentrada na articulação dessas identidades dificulta uma explanação adequada da significação de cada uma delas no processo de inserção dos imigrantes espanhóis, seja nas relações que levariam entre si, seja nas que viveriam com a sociedade mexicana.⁷ Entretanto, a elaboração do esquema abaixo — onde registramos apenas algumas identidades regionais — parece-nos suficiente para imaginarmos um modelo que nos permita descrever a forma de articulação das diferentes identidades em contraste. A identidade *guachupin* — conforme nos esclarecem os membros da equipe da pesquisa dos espanhóis — possui ampla conotação pejorativa, o que nos leva a supor que, quem sabe, nela se sintetiza a ambigüidade do ser espanhol em terras mexicanas. Para um país que, ademais de seu passado colonial, até recentemente, mantinha cortadas suas relações diplomáticas com a Espanha, ainda que fosse com a Espanha de Franco (que por mais de 4 décadas a estigmatizou), não seria estranho encontrar-se nele uma certa resistência contra o imigrante espanhol, colonizador em séculos passados e “fascista” por quase meio século; isentos dessa modalidade de classificação política estariam os refugiados, cuja ação no país anfitrião tem sido exemplarmente estudada por Michael Kenny (1962, 1967 e 1975). A identidade de *guachupin*, do mesmo modo que a identidade de *gringo* — como se viu no caso dos norte-americanos, se bem que guardadas

⁷ A existência dessas identidades é um fato. Virgínia Garcia (in M. Kenny *et alii*, 1979:95-163) apresenta, em nota de rodapé (n.º 2, pág. 96), uma distribuição regional em Puebla, México, onde todas essas identidades regionais são encontradas.

suas proporções —, revela-se uma identidade estigmatizada, exprimindo, assim, uma categoria social para cuja análise e explicação uma pesquisa sobre etnicidade não se poderia furtar.



A estrutura de classes do país anfitrião certamente se faz presente no interior da "comunidade" espanhola imigrante, estratificando-a por critérios não-étnicos, a saber, de classe. Da mesma maneira que o caso anterior, ainda que resguardando sua especificidade — que somente a pesquisa intensiva poderá desvendar —, os espanhóis das camadas altas tendem a se aglutinar em *grupos de interesse* constituídos por mexicanos e, eventualmente, por outras nacionalidades. Essa inserção na classe dominante não lhes confere, todavia, o status de etnia dominante, uma vez que apenas um setor dessa população imigrante é que desfrutaria de uma posição superior no sistema de estratificação da sociedade receptora. O conteúdo de dominação que, aparentemente, marcaria a identidade espanhola, seria apenas um reflexo no quadro étnico da estrutura de classes vigente no México: seria uma dominação, exclusivamente, de classe; em outras palavras, esse setor da comunidade de imigrantes (refiro-me, especificamente, ao setor de médios e grandes empresários) viveria a dominação de classe sob a aparência de dominação étnica. O mesmo poder-se-ia dizer da "dominação" norte-americana, como vimos, e da "dominação" alemã no século passado como veremos.

iii. Os alemães

A análise do caso alemão oferece dificuldades diversas daquelas encontradas até aqui. Elas se prendem à natureza dos dados a que

tivemos acesso. Não só são dados de caráter histórico, referentes ao século XIX, como também dizem respeito, quase que exclusivamente, às elites e empresários alemães imigrantes.⁸ Embora os imigrantes alemães se concentrem nas camadas médias e altas do México oitocentista, isso não significa que não tenham existido alemães pobres; sua própria exclusão da “comunidade de língua alemã” — como veremos adiante — confere extrema importância ao fato. Há ainda a considerar o, relativamente, pequeno contingente demográfico desses imigrantes, comparados aos espanhóis e norte-americanos, fazendo-os passar quase despercebidos pelas classes populares do México da época. Relata-nos a Dra. von Mentz (informação pessoal) que não havia nenhum termo pejorativo análogo a “gringo” ou “guachupín”, estigmatizante do alemão imigrante; não obstante, acrescenta, quando o alemão era mencionado, ou chamado discriminativamente, era-lhe estendido o termo “inglês” — dada a maior proliferação de imigrantes de língua inglesa no país. As considerações que passaremos a fazer se restringem, portanto, a uma leitura desses dados, com o intuito de fazê-los falar um pouco mais sobre o fenômeno da etnicidade alemã, ao mesmo tempo que se tentará estabelecer algumas idéias diretrizes para uma eventual ampliação do estudo.

É certo que sob a nacionalidade alemã subsiste, com grande poder de determinação, a identidade “germânica”, a que nos remete a noção nativa de *Volk*, isto é, de povo ou etnia alemã, aglutinadora de todos os falantes de língua alemã (e, por suposto, seus dialetos e seus falares regionais). Porém, ao contrário dos esquemas esboçados até aqui para dar conta dos casos norte-americanos e espanhol, o diagrama que se poderia construir com respeito aos alemães exigiria um espaço não-euclidiano, a n dimensões, a permitir uma projeção de todos os domínios (semânticos) que possam conter a variedade do *ser* alemão no México. Como articular, resguardando a diferente natureza dos respectivos domínios, grupos étnicos como os bávaros (língua alemã), tirolezes (outra língua), os grupos alemães regionais como os prussianos e os hanseáticos, além dos falantes de língua alemã como os suíços e os austríacos, cidadãos de

⁸ Trata-se de um relatório de quase 600 páginas (B. von Mentz *et alii*, 1979), elaborado por dois historiadores, Brigida von Mentz e Guillermo Turner, uma cientista política, Verena Radkau, e uma antropóloga, Beatriz Scharrer, todos participantes do Seminário. Os dados sobre a etnicidade alemã foram obtidos preponderantemente, durante o Seminário.

nações organizadas — no primeiro caso por um Estado bi-cultural, no segundo por um Estado mono-cultural? Acredito que seria de grande valia questionar-se um pouco mais a realidade de origem do imigrante alemão do século XIX, se se deseja deslindar o fenômeno da etnicidade germânica em suas manifestações no quadro sócio-cultural mexicano. Tratando-se de um período histórico definido, haveria de se perguntar sobre o quadro étnico e nacional da Europa oitocentista, no que diz respeito ao povo germânico. Nesse sentido, não me parece que a pesquisa histórica realizada (von Mentz et alii, 1979) tenha se preocupado em construir tal quadro, de modo a nos permitir passar da Europa ao México daquela época — onde, provavelmente, poder-se-ia observar (pois estaria registrada nos documentos históricos) uma sorte de reprodução da situação inter e intra-étnica européia. Ao contrário disso, a pesquisa concentrou-se na reconstrução do capitalismo alemão então emergente, ainda que tal fenômeno seja importantíssimo para se compreender a etnicidade, uma vez que revela a estrutura de classes subjacentes às relações étnicas e nacionais. Contudo, os dados oferecidos pela pesquisa — especialmente os que estão contidos no capítulo final do relatório (von Mentz et alii, 1979, cap. 7) — são tão minuciosos a respeito das ideologias e das associações alemãs no México que nos permite fazer algumas inferências.

Não há dúvida que os alemães do século XIX mantiveram um forte sentimento de pertinência étnica, simbolizada — num nível de maior generalidade — pelo uso diacrítico da língua alemã; num segundo nível, menos abrangente, pela atualização, em terras mexicanas, da *cultura* alemã, no sentido da Paidéia grega (tão bem estudada por Jaeger) onde se funde educação e cultura num só ideal: em termos do mundo imigrante, tratar-se-ia, antes, de uma educação de “classe alta” e “média” alemã (da qual se excluem os “menos educados” urbanos das camadas mais pobres e os portadores da “pequena tradição” própria das áreas rurais, de que nos fala Redfield). A barreira econômica levantada pelos imigrantes alemães situados nos estratos mais altos da “comunidade” de língua alemã assegurava a perpetuidade dessa divisão em ricos e pobres, “cultos” e “incultos”, “alemães” e “quase-alemães”. Tudo indica que esse tenha sido o *princípio organizador* (para usar uma expressão de Leach) da “comunidade alemã” do século XIX instalada no México. Imagino que os imigrantes provenientes de grupos regionais (prussianos, hanseáticos), étnicos (bávaros) ou nacionais (suíços e

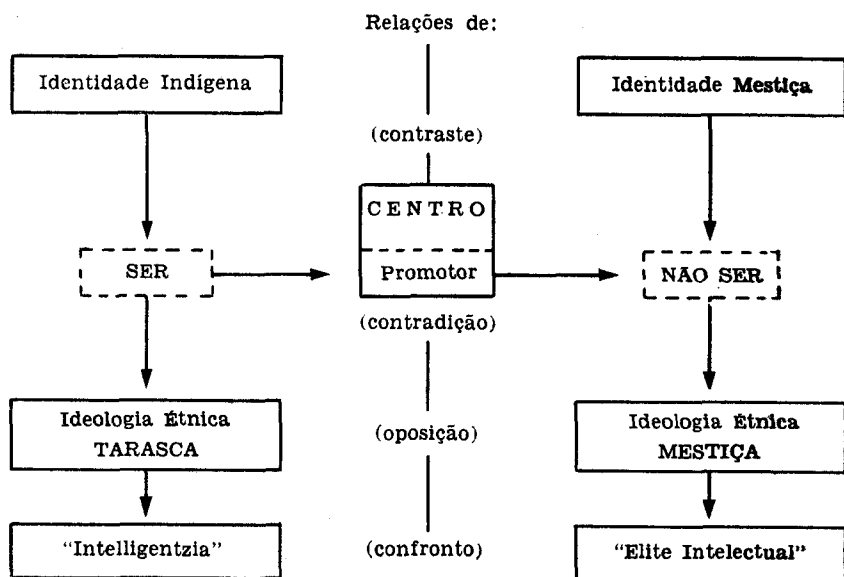
austriacos), foram admitidos ou rejeitados pela “colônia alemã” seguindo, em grande medida, esse mesmo princípio organizador *sempre que preponderou a estrutura de classe*; quando não, a saber, quando o sistema de relações étnicas, regionais ou nacionais “sobre-determinou”, ficamos sem saber qual o princípio organizador então vigente, pois os dados são insuficientes. Entretanto, eles indicam que duas esferas organizavam, diferencialmente, a “comunidade alemã”: a pública e a privada. O fenômeno do nacionalismo alemão, como ideologia étnica e política, revela duas caras: a pública, em que não operava o aludido princípio organizador (fundado na estrutura de classes), na medida em que não se distinguia (para efeitos políticos) os ricos dos pobres, unindo-os na mesma categoria *Volk*; já na esfera privada, portanto interna à comunidade, os imigrantes eram, inexoravelmente, separados sob o império do referido princípio.

3. ÍNDIOS E MESTIÇOS

O caso dos índios Tarascos (que a si se chamam Purépecha), localizados no Estado de Michoacan, está sendo estudado pela antropóloga Maria Eugênia Vargas e é objeto de sua tese doutoral.⁹ O caso poderia ser resumido em alguns pontos que, tentativamente, selecionamos, tendo por base sua excelente etnografia: 1) A categoria social, o *promotor* bilíngue (ou professor indígena), como foco estratégico de investigação, condensa as contradições básicas do sistema de relações Tarasco/Mestiço, marcado pela lógica da dominação que confere aos índios o status de minoria étnica (estrutura de dominação que não aparece nos casos anteriormente analisados). 2) Ao contrário de outras categorias sociais indígenas, observáveis no contexto interétnico local, como os padres católicos, os empresários e os comerciantes, todos tarascos, os promotores são obra do Estado Mexicano, como instrumento institucional de educação do índio através de padrões culturais mestiços. 3) Para atingir tal fim, o Estado criou um aparelho de ressocialização daqueles índios incumbidos,

⁹ Os primeiros resultados dessa pesquisa foram apresentados numa comunicação ao Simpósio sobre “Etnicidade e Identidade Étnica na América Latina” que organizamos no âmbito do XLI Congresso Internacional de Americanistas, realizado na Cidade do México, em 1974. Sob o título de “Dinâmica de la Identidad Étnica entre los Tarascos”, seu trabalho foi incluído no livro *Etnicidade y Identidad Étnica en América Latina* (Org. Roberto Cardoso de Oliveira), Ediciones de la Casa Chata, México (no prelo).

por sua vez, de “educar” os seus patrícios em idade escolar: são os “Centros de Capacitación”. O estudo desses Centros, como instituição total (de que nos fala Goffman), através do processo de interação dos jovens recrutados (onde a “socialização antecipada” nos valores mestiços no interior de suas famílias de orientação desempenha importante papel seletivo), constitui um dos momentos mais importantes da investigação: permite a observação, em escala micro, dos mecanismos de discriminação étnica correntes na sociedade mexicana (escala macro). Nesses Centros se reproduzem todos os estereótipos e os preconceitos dos mestiços através daqueles que, pessoalmente, convivem com os internados, seja como mestres, seja como empregados administrativos, nas atividades quotidianas do Centro; numa outra dimensão, ao nível dos rituais de iniciação (admissão), passagem de categoria escolar (promoção) e de aquisição de status profissional (conclusão do curso ou formatura), é de se supor que a ideologia oficial, inscrita nos estatutos e regulamentos do Centro, apareça com todo o poder catalizador da ideologia mestiça difusa na sociedade mexicana; a hipótese é a de que o conjunto de rituais (cerimoniais) transmitem, com a força que o rito possui, a mensagem mestiça da qual o jovem futuro promotor não poderá eludir. 4) Como reflexo da política estatal de “domesticação” do índio, dois grupos de índios Tarascos são polarizados: os promotores, que se assumem como a “Elite Intelectual”, e seus maiores críticos, que poderíamos denominar de “Intelligentzia”, em sua maior parte formados por universitários. Enquanto os primeiros se caracterizam pela alienação de sua consciência étnica (e, por conseguinte, de sua identidade indígena, pois, *sendo* índios, *existem* como mestiços), os segundos afirmam, veementemente, sua identidade indígena e buscam resgatá-la em sua dignidade original. Formados em diferentes universidades do País e do estrangeiro, onde foram objeto de uma ressocialização — certamente espontânea —, puderam absorver os ideais igualitários correntes nos centros metropolitanos (cf. R. Cardoso de Oliveira, 1976:58); ao mesmo tempo, tiveram conhecimento dos movimentos étnicos modernos registrados em diversos lugares do mundo, além de campanhas promovidas por órgãos internacionais, como a que a UNESCO houve por bem instituir em defesa da igualdade, fraternidade e dignidade entre os povos. Talvez o esquema abaixo possa retratar, de modo muito simplificado, o que acabamos de dizer — que não constitui senão uma leitura dos dados que a autora da pesquisa nos pôs à disposição.



O modelo sublinha as seguintes *relações*: entre identidades (contrastivas), entre ideologias étnicas (oposição), entre grupos “Intelligentzia” e “Elite Intelectual” (confrontação) e, finalmente, a própria categoria de Promotor, ela mesma uma relação contraditória entre os próprios componentes psico-sociais que a constituem, portanto, uma contradição em si mesma (se nos é lícito figurar), pois alienada — no sentido hegeliano-marxista do termo, a saber, quando a existência fica alheada de sua essência, isto é, do homem não *ser* o que potencialmente *é*. Foco central da investigação, o promotor tarasco — enquanto categoria social — reproduz todas as contradições do sistema interétnico que o engendrou. O trabalho de Maria Eugênia Vargas (sua dissertação doutoral) demonstra, perfeitamente, isso e nos convida a pensar sobre o poder de determinação da estrutura de classes da sociedade mexicana, representada a nível local pela população mestiça; sendo um Estado de classe, sua ação — isto é, a política indigenista oficial — expressa os interesses da classe dominante, para a qual a “domesticação” do índio significa educá-lo para o desenvolvimento de uma economia

voltada para a acumulação, paralelamente ao descrédito de uma economia voltada para a subsistência. Enquanto índio, o promotor tarasco legitima sua ação junto a seu povo, ao mesmo tempo que procura lhe inculcar os valores da sociedade mestiça para guiá-lo para as metas do Estado mexicano. Exercita sua identidade indígena para comprometê-la, num segundo momento, em sua prática de ensino. Finalmente, poder-se-ia acrescentar que os sistemas étnico e de classe, ainda que se interinfluem, não cobrem os mesmos espaços sociais. O mesmo se observou no exame dos casos dos imigrantes “brancos”, de que estes não constituem uma “classe dominante”, observa-se agora com os Tarascos, não os identificando, globalmente, com uma “classe dominada”. Também entre eles, a estrutura de classe secciona a “comunidade tarasca” em estratos facilmente registrados pela etnografia, vendo-se pequenos e médios negociantes, profissionais e, majoritariamente, camponeses. O que ocorre é que, sofrendo a dominação de classe, a maioria compoñosa constrói uma ideologia de classe dominada que, por sua vez, se constitui em ideologia preponderante para a totalidade da população Tarasca. Nesse sentido, é que temos uma sorte de inversão da situação vivida pelos imigrantes “brancos” no México. No caso Tarasco, a ideologia de grupo minoritário exprime, simultaneamente, a dominação étnica e de classe.

4. EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

O “Movimento Confederado Restaurador da Cultura Anáhuac” é objeto da última pesquisa que iremos considerar neste artigo. Embora seja a pesquisa com menos tempo de execução, pode-se dizer que já colheu um conjunto de dados que nos permite fazer algumas considerações de caráter geral e perfuntório. O Movimento é extremamente interessante e não há dúvida que cabe, inteiramente, num Programa de Estudos Étnicos. A etnicidade — como a temos visto até aqui — constitui, certamente, a dimensão mais explicativa do Movimento Confederado. Através dela, podemos perceber o significado da construção de uma *identidade mestiça* ou “Mexica” sobre a base de uma cultura autóctone: a Anáhuac. Como e porque essa identidade é construída, é a questão que a pesquisa deverá elucidar.

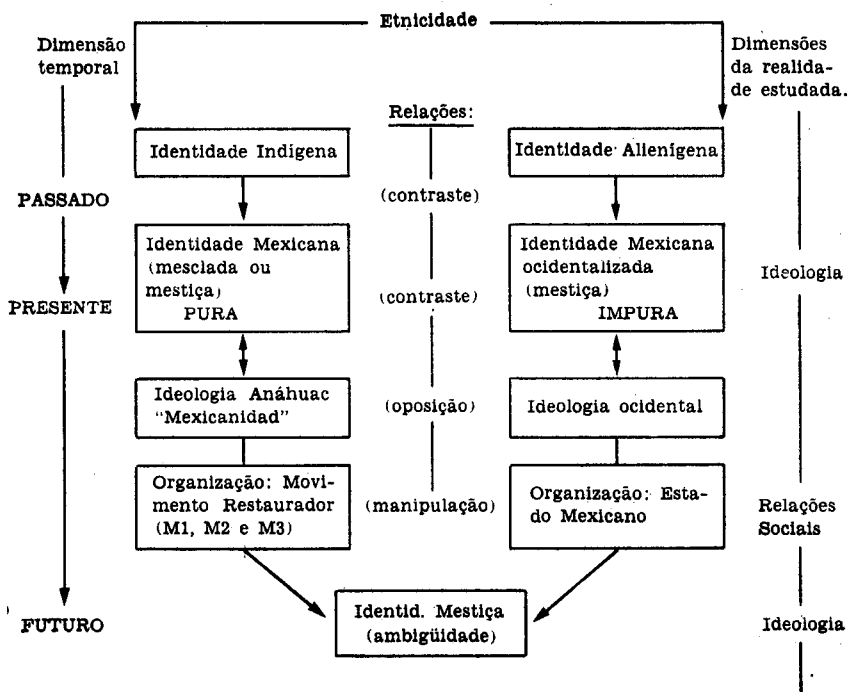
Seu contexto é o Movimento Confederado que, por sua vez, deverá ser contextualizado na estrutura social do México contemporâneo.¹⁰

O Movimento começa em 1958 com seu fundador e líder, o Licenciado Rodolfo F. Nieva Lopes. Os dados colhidos pela pesquisadora Lina Odina Guemes, indicam que o ingresso no Movimento é "oral" (o que facilita o recrutamento) e o compromisso que os membros assumem é com a restauração da Cultura Anáhuac e, supostamente, com tudo o que ela representa na ideologia do Movimento. Vista pelos participantes do Movimento como um conjunto de traços culturais (com cuja realidade "objetiva" não devemos nos preocupar), a "Cultura Anáhuac" é utilizada para conformar um tipo de Homem, idealizado como o *verdadeiro* mexicano. Essa nova identidade é constituída por contraste diante daquilo que os membros entendem ser o mexicano atual, a saber, um homem penetrado dos valores e da cultura alienígenos, de caráter ocidental. Nesse sentido, os traços da cultura Anáhuac são tomados como sinais diacríticos dessa nova identidade, concebida no âmbito do Movimento como a verdadeira identidade mexicana: a do Mestiço ou, como preferem seus membros, a de "Mescclado". Ao mesmo tempo, se elabora toda uma ideologia étnica por eles denominada de "mexicanidad". Temos, assim, todos os elementos que nos permitem tratar o Movimento como fenômeno de etnicidade. A guisa de sugestão, uma vez que a pesquisa está em desenvolvimento, proponho alguns pontos que talvez possam ser aproveitados na investigação a par de nos auxiliar, nos propósitos deste artigo, a trazer alguns esclarecimentos sobre o processo de construção dessa identidade mestiça.

Em primeiro lugar, há de se considerar o conjunto de ritos que têm lugar no interior do Movimento: são os cerimoniais *Apaz-Uitiztli* (batismo, nominação), o *Izkal-Ichoptzintli* (Festa da Donzela da Primavera, onde são sublinhadas as virtudes da identidade feminina, tais como graça, ternura, abnegação, pudor, feminilidade; e onde ocorre um desfile de trajes "típicos", reproduções imaginárias do mundo pré-hispânico), o *Izkal-Iluitl* (ou rejuvenescimento da terra, quando se dá a eleição da Donzela da Primavera), etc. Há cerca de mais de uma dezena de cerimônias, apenas indicados nos dados até agora disponíveis. Sua análise poderá ajudar bastante para

¹⁰ O projeto que focaliza o Movimento Confederado está voltado para o estudo de movimentos sociais em contextos étnicos e é dirigido pelo Dr. Guillermo Bonfil Batalla e, ao qual está associada a antropóloga Lina Odina Guemes. A pesquisa sobre o Movimento Confederado desdobra-se, agora, com vistas à análise dos fenômenos da etnicidade e da identidade.

captarmos os valores (as mensagens) que veiculam, desde que tomemos esses rituais como instrumentos altamente eficazes de comunicação. Em segundo lugar, considere-se, também, a cisão do Movimento, após a morte do líder, como um evento passível de ser estudado como um “drama”, à maneira de Victor Turner, quando se procuraria registrar as versões que cada um dos seus três sucessores lograram elaborar. Os dados obtidos já indicam que, apesar da unidade que se procura manter no Movimento, no que diz respeito aos seus objetivos últimos, há, claramente, uma divergência nas práticas de atingi-los. Em consequência, as características dos novos grupos produzidos pela cisão são de vital importância para a compreensão do processo. Em terceiro lugar, cabe uma referência à problemática weberiana do *carisma* e de sua *rotinização*. Parece que com a morte do líder, em 1968, cujas qualidades carismáticas eram indiscutíveis, o Movimento somente teve condições de persistir graças à criação de organizações burocráticas ou burocratizadas. O Movimento carismático rotinizou-se. Tentaremos, abaixo, esboçar um diagrama que nos auxilie a visualizar o fenômeno em estudo.



Cabe chamar a atenção para as dimensões temporais em que se desdobra o *projeto* da ideologia Anáhuac: passado, presente e futuro. Sublinhe-se, também, as dimensões da realidade estudada, a saber: a ideologia e as relações sociais que surgem — estas últimas — organizadas em instituições, como o Movimento Restaurador, que se institucionaliza (ou burocratiza), em consequência da rotinização do carisma, e como a institucionalização, no interior do Estado Mexicano, desse outro mestiço, cultuado no “Dia da Raça”, 12 de Outubro, data da descoberta da América, portanto uma data que viabilizou a “nova raça”, o Mestiço, surgido da colonização do índio pelo espanhol. A data como feriado nacional, festa, não o espanhol e a conquista, mas o mestiço que nasce sobre os escombros da civilização asteca (O Movimento Confederado também chama Aztekatal ou Azteca à nova identidade mestiça que pretende criar).¹¹ O curioso é que, graças ao uso de um mesmo termo — mestiço —, o Movimento Confederado logra obter do Governo mexicano apoio para suas atividades, sem que este perceba, naturalmente, que a concepção que os cultivadores da ideologia Anáhuac têm do Mestiço é radicalmente diversa daquela que o Estado difunde e festeja. Porém, vale, ainda, assinalar os diferentes tipos de relações compreendidas pelo diagrama: são relações que constituem a própria substância da etnicidade e podem ser definidas em diferentes níveis não contraditórios entre si, uma vez que se complementam; cada um dos níveis, entretanto, abriga relações de *contraste* (entre identidades), de *oposição* (entre ideologias, enquanto sistemas ideológicos), de *manipulação* (entre organizações, no sentido de se utilizarem, mutuamente, com respeito a fins) e, finalmente, de *ambigüidade* (um mesmo termo para cobrir conceitos divergentes a exprimirem identidades contrastivas). Obviamente, o modelo que o diagrama pretende sugerir ao leitor, é meramente tentativo, desde que o alvo deste artigo é oferecer algumas idéias, surgidas da reflexão sobre os dados disponíveis e que possam ser implementadas por uma pesquisa em plena realização.

¹¹ Informações pessoais da antropóloga Lina Guemes. Esclarece-nos, também, que o Movimento rejeita o termo *mestiço*, substituindo-o pelo termo “mescado”, se bem que na negociação que fazem com o Governo, com o objetivo de obterem verba para suas atividades, valem-se da ambigüidade dos termos, a rigor sinônimos. Tal fato é que nos levou a falar numa identidade mestiça, porém com sentido diferente para cada uma das ideologias em oposição.

5. CONCLUSÃO

Creemos que não será necessário voltarmos a discorrer sobre a problemática das classes sociais, desde que, nos limites deste artigo, o que foi dito na Introdução parece ser suficiente. Entretanto, não será demais repetir afirmações que temos feito em outro lugar (R. Cardoso de Oliveira, 1976, cap. 3), de que as teorias de estratificação e de estrutura de classes são solidárias da teoria da fricção inter-étnica (que privilegia as relações étnicas enquanto sistemas de relações sociais) e da teoria da identidade étnica (que privilegia as representações coletivas e as ideologias). Em virtude da natureza do material etnográfico e historiográfico a que tivemos acesso, a par da problemática focalizada, tivemos que interpretá-lo à luz da teoria da identidade étnica. As ideologias se constituíram, assim, como a dimensão da realidade mais explicativa desse fenômeno denominado etnicidade. A definição de seu campo semântico — aliás, uma revisão de uma definição anterior (R. Cardoso de Oliveira, 1976:102-106) — abriu caminho para construirmos o nosso objeto de discussão e estudo. Podemos, assim, “fechar o círculo”, retornando ao que se discutiu na Introdução, já agora de posse de um conjunto de dados e de análises que, esperamos, possam ensejar — à guiza de conclusão — algumas considerações finais.

Pelo exposto nas diferentes seções deste artigo, verificou-se que, dos cinco casos estudados, quatro deles se circunscrevem no “espaço IV” do campo semântico; enquanto somente um (o caso Tarasco) se inscreve no “espaço II”, quase como um caso limite, pois se aproxima bastante do “espaço III”. Entretanto, não chega a ultrapassar o limite marcado pela linha perpendicular (vide o quadro da página 4); em termos sociológicos, isso significa que a Cultura Tarasca, graças ao intenso processo de aculturação, está deixando de ser “simples” — mesmo com todas as reservas que fizemos ao uso dessa antinomia “simples”/“complexo”, residual por excelência. Quanto ao “espaço I”, não preenchido pelas realidades estudadas, contem grupos indígenas isolados, ocupando nichos remotos das sociedades nacionais envolventes; e quando estão em contato inter-étnico, este se caracteriza por ser intertribal, portanto, sem ocorrer a aglutinação desses grupos indígenas em sistemas econômicos voltados para a cumulação (sobretudo capitalista) e, conseqüentemente, sua integração numa sociedade de classes. Este é o único espaço semântico em que a noção de etnicidade não teria aplicação. Já o “espaço II”, onde se inscrevem os Tarascos, está marcado pela dominação que se dá no interior de uma estrutura de classes. O ma-

terial analisado é suficientemente eloquente para nos dispensar de maiores justificações. Restaria justificar, apenas, a inserção do caso da identidade mestiça (constituída pelo Movimento Confederado) no “espaço IV”, desde que as demais identidades reveladas nos casos dos imigrantes norte-americanos, espanhóis e alemães não oferecem dúvidas sobre sua inserção no mesmo espaço. É bastante razoável supor, pelo que já se sabe do caso dessa identidade Mestiça ou “Mexica”, que, não só ela não se assume como minoritária, como ainda recorre a uma cultura pré-hispânica — a Anáhuac — altamente sofisticada (pelo menos como o Movimento a representa) e, certamente, “complexa”. Como as outras identidades dos grupos imigrantes, a identidade “Mexica” busca sua ontogênese numa “Cultura Superior” (viz. Sociedade Superior), ainda que aborígene.

E para concluir, podemos ilustrar a importância do papel desempenhado por uma cultura vista como superior, com o exemplo do caso dos imigrantes norte-americanos, que são os que mais ostentam essa “superioridade” de origem: vimos que, até os norte-americanos negros de San Miguel de Allende, discriminados no interior da comunidade norte-americana local (numa reprodução do racismo ainda vigente em diferentes setores e latitudes dos EE.UU), usufruem, no México, um status não minoritário, pois são possuidores de uma nacionalidade que simboliza o que há de mais avançado na civilização ocidental: a tecnologia. Mito ou não, a tecnologia tende a ser pensada como o supra sumo do progresso — e gera ideologias correspondentes. O colonialismo e o imperialismo, enquanto ideologias “civilizadoras” e de dominação, inscrevem-se nesse mesmo “espaço IV”, através dos imigrantes egressos de países que as sustentam. E é nesse mesmo espaço semântico que encontramos articuladas e, muitas vezes, fundidas, ideologias políticas e étnicas, a exprimir a complexidade das relações sociais concretas. Ao pesquisador cabe distinguir essas ideologias e discernir que relações sociais elas expressam (e encobrem), a fim de não tomarmos a realidade *pensada* pelos agentes sociais como equivalente à realidade por eles *vivida*. A análise das ideologias nos leva a essa direção bastante frutífera da pesquisa antropológica e o estudo da identidade e da etnicidade não constitui senão parte disso.

BIBLIOGRAFIA

- BARTH, Frederik. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Differences* (Org.), Boston: Little Brown Co., 1969.
- BUENO, Carmem et alii. "Empresarios Norte-americanos en México actual", in *Simpósio sobre empresarios en México, Volumen III: Empresarios mexicanos y norte-americanos, y la penetración de capital extranjero (siglo XX)*. (Vários Autores) *Cuadernos de la Casa Chata* 23. Centro de Investigaciones Superiores del INAH. México, 1979.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica", in *América Indígena*, Vol. 28, n.º 2, 1968.
- . *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1976.
- . *Etnicidad y Identidad Étnica en América Latina* (Org.), Ediciones de la Casa Chata. México, no prelo.
- DENEMAN, Kathy. "La Elite Norteamericana en la Ciudad de México", Ms. 1979.
- ICAZURIAGA, Carmem. "El Enclave Socio-Cultural Norteamericano y el papel de los Empresários Norteamericanos in México", Ms. 1979.
- KENNY, Michael. "Twentieth-Century Spanish Expatriates in Mexico: an Urban Sub-Culture", in *Anthropological Quarterly*, Vol. 35, n.º 4, 1962.
- . *The Integration of Spanish Expatriates in Ibero-America and their Influence on their Communities of Origin*. D. Phil Dissertation. Oxford University, 1967.
- . "Observations on Contemporary Spanish Families in Mexico: Immigrants and Refugees", in *Mediterranean Family Structures* (Org. J. G. Peristiany), Cambridge University Press. Massachusetts, 1975.
- KENNY, M. et alii. *Immigrantes y Refugiados Españoles en México — Siglo XX*. Ediciones de la Casa Chata 8. México, 1979.
- QUAN, Stella. "Los Norteamericanos vistos por si mismos... y por otros", Ms. 1979.
- SARNA, Jonathan D. "From Immigrants to Ethnics: Toward a New Theory of Ethnicization", in *Ethnicity*, Vol. 5, pp. 370-378, 1978.
- von MENTZ, Brigida et alii. "El Grupo Alemán en México 1821-1874", Ms., 1979.